

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

IARA CAROLINE GOMES DA SILVA
MARIA VITÓRIA GONÇALVES MEDEIROS COSTA

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O
DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA: Um processo de formação humana

Mariana - MG

2024

IARA CAROLINE GOMES DA SILVA
MARIA VITÓRIA GONÇALVES MEDEIROS COSTA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O
DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA: Um processo de formação humana**

Projeto para artigo desenvolvido como requisito e componente para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto, campus Instituto de Ciências Humanas e Sociais Mariana.

Orientadora: Liliane dos Santos Jorge

Mariana – MG
2024



FOLHA DE APROVAÇÃO

Iara Caroline Gomes da Silva

A importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança: um processo de formação humana

Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de pedagoga

Aprovada em 02 de fevereiro de 2024

Membros da banca

Dr^a Liliane dos Santos Jorge Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos (Universidade Federal de Ouro Preto)

Liliane dos Santos Jorge, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 02/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Liliane dos Santos Jorge, PROFESSOR DE MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 22/10/2024, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0799198** e o código CRC **86589944**.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria Vitória Gonçalves Medeiros Costa

A importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança: um processo de formação humana

Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Pedagogia

Aprovada em 2 de fevereiro de 2024

Membros da banca

Dr^a Liliane dos Santos Jorge - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos (Universidade Federal de Ouro Preto)

Liliane dos Santos Jorge, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 02/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Liliane dos Santos Jorge**, **PROFESSOR DE MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 22/10/2024, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0799231** e o código CRC **3371ABCA**.

Dedicamos este trabalho aos nossos pais, por todo apoio e incentivo durante nossa trajetória. Sem eles, muitas coisas não seriam possíveis.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a importância da educação infantil para as crianças. Considerada a primeira etapa da educação básica, a educação infantil atende às crianças de 0 a 5 anos nas suas duas etapas: creche e pré-escola. O público da educação infantil é composto, portanto, pela denominada primeira infância, etapa inicial da vida humana que vai do nascimento aos seis anos de idade. No intuito de compreender as contribuições da educação formal para as crianças pequenas, esse artigo está ancorado nos estudos de autores como Moysés Kuhlmann, Sonia Kramer entre outros que terão contribuições expressivas e significativas para a construção desta discussão. Este trabalho está organizado em três seções, a primeira “Infância e Educação: A trajetória histórica da Educação Infantil” trata dos aspectos históricos da educação infantil e sua história no Brasil. A segunda seção, “Primeira Infância e seus impactos” traz o conceito e a relevância dessa fase para o desenvolvimento. Já a terceira e última seção, “Educação Infantil e sua importância para o desenvolvimento integral da criança” destaca diferentes considerações acerca da educação e suas potencialidades. Finalmente, o artigo conclui que a educação infantil é um direito de toda criança, pode colaborar para uma trajetória escolar de sucesso além de colaborar de forma crucial para a formação de seres humanos competentes para a vida em sociedade, que respeitem a pluralidade e as diferenças.

Palavras-chave: Educação Infantil- Primeira Infância- Crianças Pequenas.

ABSTRACT

This article aims to discuss the importance of early childhood education for children. Considered the first stage of basic education, early childhood education serves children aged 0 to 5 in its two stages: daycare and preschool. The public for early childhood education is therefore made up of so-called early childhood, the initial stage of human life that goes from birth to six years of age. In order to understand the contributions of formal education for young children, this article is anchored in studies by authors such as Moysés Kuhlmann, Sonia Kramer, among others, who will have expressive and significant contributions to the construction of this discussion. This work is organized into three sections, the first “Childhood and Education: The historical trajectory of Early Childhood Education” deals with the historical aspects of early childhood education and its history in Brazil. The second section, “Early Childhood and its impacts” brings the concept and relevance of this phase to development. The third and final section, “Early Childhood Education and its importance for the child’s integral development” highlights different considerations about education and its potential. Finally, the article concludes that early childhood education is a right for every child, it can contribute to a successful school trajectory in addition to contributing in a crucial way to the formation of competent human beings for life in society, who respect plurality and differences.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. INFÂNCIA E EDUCAÇÃO: A trajetória histórica da Educação Infantil	7
2.1 Trajetória da Educação Infantil no Brasil	9
3. PRIMEIRA INFÂNCIA E SEUS IMPACTOS	12
4. EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA	16
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
6. REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, tem como proposta apresentar na forma de artigo, um estudo sobre a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança, em seu processo de formação humana. Sendo a primeira etapa da educação básica e o primeiro contato da criança com a experiência escolar, a educação infantil refere-se à primeira infância, importante fase da vida compreendida entre 0 a 6 anos de idade.

A educação infantil é um direito inquestionável de toda criança, pois se trata de experiências que são levadas para a vida toda, favorecendo o desenvolvimento integral: os aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. Nesse sentido, é fundamental compreender a importância desse período escolar no crescimento da criança e no seu avanço cognitivo. Assim como, compreender que com o convívio social, ela aprende a se relacionar e a viver em sociedade.

Em primeiro instante, este estudo foi motivado pela experiência do estágio na Educação Infantil, realizado durante o curso de Pedagogia, o que motivou uma reflexão de como essa etapa da escolaridade favorece o surgimento de novas capacidades e de novas descobertas sobre o mundo, através da convivência com o outro, do respeito, da empatia, da construção de valores, princípios e experiências.

Outro motivo para a realização desse estudo, são as experiências vivenciadas em família acerca da influência da Educação Infantil na jornada de estudos ao longo da vida. Observamos, por meio de nossa própria experiência familiar, o quanto a educação infantil pode influenciar na longevidade escolar.

O objetivo geral desse artigo é explorar na literatura especializada, argumentos que defendem a importância e os impactos da Educação Infantil no desenvolvimento e na formação do sujeito. Trata-se de um estudo realizado por meio de pesquisa bibliográfica, ancoradas nas pesquisas de autores que se preocuparam em estudar essa temática, como Moysés Kuhlmann e Sonia Kramer.

Quanto aos objetivos específicos, este artigo propõe-se discutir os aspectos históricos da Educação Infantil no Brasil, analisar na literatura especializada a relevância dessa fase para o desenvolvimento humano e compreender sua importância para a criança.

Desta forma o artigo está organizado em três seções: na primeira seção, intitulada “Infância e Educação: A trajetória histórica da Educação Infantil”, discute aspectos históricos da Educação Infantil e sua história no Brasil.

A segunda seção, “Primeira Infância e seus impactos” aborda o conceito de primeira infância e a relevância dessa fase do desenvolvimento humano. Já a terceira e última seção, “Educação Infantil e sua importância para o desenvolvimento integral da criança” analisa diferentes considerações acerca da educação e suas potencialidades, apresentando relevantes referências de autores para a discussão da temática.

Por fim, as considerações finais, trarão a composição dos elementos presentes e concretizarão ideias apresentadas no trabalho. Considera-se, que a educação infantil seja uma efetiva consolidação da educação na formação humana, que não se limita apenas ao desenvolvimento intelectual, mas promove o desenvolvimento integral da criança, respeitando suas necessidades e considerando-as sujeitos de direitos.

2 INFÂNCIA E EDUCAÇÃO: A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com Moysés Kuhlmann Jr. (1998, p.13) o estudo do passado pode trazer reflexões que sirvam para aqueles que trabalham com a infância e sua educação nos dias de hoje, as propostas pedagógicas não podem ser tiradas da cartola, mas sim ancoradas na prática e nos resultados de pesquisas. Nesse contexto, o tópico trará informações sobre a educação infantil na perspectiva histórica e sua história no Brasil.

Inicialmente, segundo a história, há tempos as mulheres desempenhavam o papel de cuidar das tarefas domésticas, do marido e dos filhos. Eram consideradas sem importância para sociedade, tanto que não tinham direito ao voto e reconhecimento como cidadãs. Enquanto os maridos trabalhavam fora, as mulheres ficavam cuidando dos filhos, mas esse cenário mudou após a revolução industrial, a qual trouxe várias mudanças e avanços. Segundo o relato de Paschoal e Machado (2009, p. 79) o enorme impacto causado pela revolução industrial na Europa, fez com que a classe operária se submetesse ao regime da fábrica e das máquinas, o que possibilitou a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho, alterando a forma de cuidar e educar seus filhos. Portanto, com a falta de mão de obra, foi possível a entrada das mulheres no mercado de trabalho, dessa forma não podiam mais ficar apenas por conta dos cuidados familiares, ao sair para trabalhar precisavam de alguém que cuidassem de seus filhos.

Diante da necessidade de um local que atendesse os filhos das mães operárias, mulheres conhecidas como mães mercenárias, ofereciam seus serviços para cuidar e

abrigar os filhos das outras mulheres. Porém, essa solução não era suficiente para atender todas as crianças e muitas mães não tinham condições de pagar pelos serviços. Segundo Rizzo (2003, Apud PASCHOAL e MACHADO et al., 2009, p.):

Em função da crescente participação dos pais no trabalho das fábricas, fundições e minas de carvão, surgiram outras formas de arranjos mais formais de serviços de atendimento das crianças. Eram organizados por mulheres da comunidade que, na realidade, não tinham uma proposta instrucional formal, mas adotavam atividades de canto e de memorização de rezas.

Com o efeito desse avanço da industrialização, houve a necessidade de criar instituições que atendessem as crianças, que de acordo com Kuhlmann Jr. (1998, p.73) eram planejadas como instituições de saúde, com rotinas de triagem, lactário, auxiliar de enfermagem e preocupação com a higiene física. Partindo desse pressuposto, essas primeiras instituições eram frequentadas pelas crianças de condições socioeconômicas desfavoráveis, tinha por objetivo apenas o assistencialismo com base no cuidar, higienizar e alimentar. Ressaltando que surgiram não para atender as necessidades das crianças e sim do mercado de trabalho que necessitava da mão de obra feminina.

Após algum tempo surgiram instituições com uma visão para além do assistencialismo, marcando o início de uma visão pedagógica preocupada com o desenvolvimento integral da criança. De acordo com os seus objetivos, tinham como intuito fazer com que as crianças aprendessem diferentes habilidades, adquirissem hábitos de obediência, bondade e religião.

Denise de Carvalho Lopes (2012), além da “escola de principiantes”, apresenta em seu artigo, outro exemplo de instituição dedicada às crianças: o jardim de infância, criado por Froebel em 1837. Friedrich Froebel foi um dos primeiros educadores a considerar o início da infância como uma fase de importância decisiva na formação das pessoas. No jardim de infância, as práticas eram voltadas para cooperação, experimentação, ludicidade e liberdade, diferente das instituições assistenciais. Havia a preparação de moças, para assumir o lugar de professoras cuja formação era realizada por meio de manuais com princípios da psicologia do desenvolvimento e da religião. Froebel, então, foi considerado um grande educador, pois possibilitou muitas experiências para as crianças daquela época e deu origem a uma verdadeira revolução na educação. Desde então, as crianças passaram a ser respeitadas e compreendidas como seres distintos dos adultos, com características específicas, que deveriam ser consideradas em seu processo educativo.

2.1 Trajetória da Educação Infantil no Brasil

As primeiras instituições de Educação Infantil no Brasil, assim como em outros países tinha o caráter assistencialista, com a intenção de dar apoio às mulheres que trabalhavam e as viúvas. Entretanto, outros fatores também contribuíram para que o atendimento as crianças aumentassem, Rizzo (2003) afirma:

Outro elemento que contribuiu para o surgimento dessas instituições foram as iniciativas de acolhimento aos órfãos abandonados que, apesar do apoio da alta sociedade, tinham como finalidade esconder a vergonha da mãe solteira, já que as crianças “[...] eram sempre filhos de mulheres da corte, pois somente essas tinham do que se envergonhar e motivo para se descartar do filho indesejado” (Apud PASCHOAL E MACHADO et. al.,2009, p.37).

Além do abandono das crianças da alta corte, houve também o abandono em massa no período da escravidão, resultando na criação das Rodas dos Expostos. Era um método utilizado pelas instituições de caridade que funcionava como uma porta giratória embutida na parede, nesses locais as mães deixavam seus bebês e não eram vistas por aqueles que recebiam. As primeiras Santas Casas de Misericórdia da América Portuguesa que receberam a Roda dos Expostos foram as de Salvador 1726 e do Rio de Janeiro em 1738, foi a única instituição de assistência à criança abandonada no Brasil. Em meados de 1950, foi efetivamente extinto esse sistema de assistência, sendo o Brasil o último país a acabar com o sistema da roda dos expostos e o último a abolir a escravidão.

O surgimento das creches particulares também marcou a Educação Infantil no Rio de Janeiro (1875) e São Paulo (1877). Em seguida surgiram os jardins de infância em Belo Horizonte (1908) e no Rio de Janeiro (1909), eram denominadas instituições públicas, porém estavam sendo oferecidas a filhos de pais com boas condições financeiras, deixando as crianças de famílias de baixa renda sem atendimento educacional. Dessa forma, a educação infantil no Brasil passou a ser marcada por uma dualidade, cujas consequências podem ser observadas ainda hoje: as creches acolhiam as crianças pobres e os jardins de infância atendiam as crianças das famílias melhor favorecidas economicamente.

Em 1922, do dia 27 de agosto ao 5 de setembro realizou-se no Rio de Janeiro o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CDPI) que conforme Kuhlmann (1992, p. 1) tinha por objetivo tratar de todos os assuntos que se referiam à criança seja

do ponto de vista social, médico, pedagógico, higiênico e também suas relações com a família, Sociedade e Estado.

No entanto, é possível compreender que a aceitação da criança como sujeito de direitos foi algo construído socialmente, estas não eram vistas como cidadãs, apenas como um ser que se transformaria em um adulto. Nesse sentido, durante muito tempo a

Educação Infantil no Brasil caminhou sem uma política nacional que a amparasse e fortalecesse, só em 1988 houve uma significativa mudança. Segundo Kramer (2006, p. 801, 802) “Pela primeira vez na história da educação brasileira foi formulada uma política nacional de Educação Infantil, processo desencadeado com a Constituição de 1988[...]”.

A Constituição Brasileira de 1988 teve um papel decisivo na declaração dos direitos das crianças, pois somou o que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1942 no Governo Vargas (1930-1945), já aplicava como direito das mulheres trabalhadoras, o direito a amamentação dos filhos ao reconhecimento do direito à educação das crianças nos seus primeiros anos de vida. No entanto, de acordo com a primeira seção que trata sobre a educação, destacam-se alguns pontos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

IV - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Em decorrência desses artigos, é possível compreender que todas as pessoas têm direito ao estudo, principalmente as crianças pequenas, direito à igualdade de condições para a permanência na escola, ensino público gratuito e ensino de qualidade. Por fim, afirma a Educação Infantil como a primeira das três etapas da educação básica e reforça que a creche e pré-escola devem ser garantidas pelo Estado.

Com base nessa perspectiva, em 1990, surge o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que de acordo com Campos (2005, p.12) fica assegurado que todas as crianças e adolescentes tem direitos e deveres, os quais devem ser cumpridos e respeitados por força da lei. Fica entendido que a criança é o sujeito de até 12 anos de idade e o adolescente o sujeito entre 12 e 21 anos de idade, estes desfrutam dos direitos como qualquer outro cidadão brasileiro, inclusive o direito à educação, pois “para a educação infantil desempenhar seu papel de desenvolvimento humano social é preciso

que a criança não seja vista como filhote ou semente, mas como cidadã criadora de cultura [...]” (KRAMER, 1999).

Apesar de que a educação para crianças de zero a seis anos já fosse afirmada na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a implantação desse direito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), reconhecida em dezembro de 1996, representa um marco histórico para a educação infantil no Brasil reafirmando a importância da aprendizagem nos primeiros anos de vida como processo fundamental para desenvolver o educando, assegurar a formação comum necessária para o exercício da cidadania e fornecer meios para progredir no trabalho e em estudos consecutivos. Dentre alguns pontos citados na LDB, estão em destaque os seguintes:

Art. 29: A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade;

Art. 30: A educação infantil será oferecida em: **I** creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; **II** - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Em 2009, a educação infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos conforme a Emenda Constitucional nº 59, antecipando o início da obrigatoriedade da educação básica em dois anos. Em 2013, a extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB, determinando que todas as crianças de 4 e 5 anos estejam matriculadas em instituições de educação infantil.

Outra conquista importante para evolução da educação infantil no Brasil foi a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). A BNCC foi publicada em 2017 e reconhece as creches e pré-escolas como ambientes fundamentais para o desenvolvimento da criança, para ampliar as experiências, ampliar os conhecimentos, diversificar e consolidar aprendizagens. Também aborda a importância do brincar estabelecendo seis direitos de aprendizagem, conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Portanto, tem como objetivo garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes. Por isso, é um documento importante para promover a igualdade no sistema educacional, colaborando para a formação integral e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

3 PRIMEIRA INFÂNCIA E SEUS IMPACTOS

Com o passar das décadas foram surgindo diferentes concepções de infância, na antiguidade, por exemplo, as crianças eram vistas como adultos em miniatura e tinham pouco reconhecimento. É nesse sentido que as ideias de infância elaboradas por cada sociedade são importantes para compreender a prática educativa destinada às crianças, apresentando um olhar sobre cada tempo histórico e realçando os aspectos relevantes da educação.

Atualmente, a primeira infância é definida como a fase que vai dos 0 aos 6 anos de vida, sendo fundamental para o crescimento infantil e para consolidar um ser humano melhor, reflexivo, crítico que seja capaz de formar habilidades essenciais para a descoberta de aprendizagens futuras. A partir desse período a criança receberá uma série de coisas novas, atrativas e formativas que farão parte de todo o percurso de sua vida. Por meio dos diferentes estímulos irão desenvolver suas capacidades cognitivas, intelectuais e sua personalidade, sendo assim, estarão formadas para o mundo.

Para Vygotsky (1978) os comportamentos em sociedade se relacionam com modo de aprendizado cognitivo, ou seja, a aquisição das habilidades cognitivas seria uma porcentagem do que é experienciado pelas ações da sociedade. Através destas ações a criança interioriza as informações e as adquire para si, o que torna o período da primeira infância impressionante, pois fica possível observar a capacidade de desenvolvimento da criança através da sua análise e imitação de gestos, movimentos e falas do cotidiano.

A infância adquire contornos diferentes, a depender das sociedades, das culturas e dos tempos históricos nos quais estão inseridas, por isso, fala-se em infâncias, no plural. Assim como podemos falar em diferentes infâncias, as crianças não são iguais. A cada fase de desenvolvimento cada uma percorrerá um caminho que irá depender das condições genéticas e sociais do meio em que vive. Para que o desenvolvimento ocorra de forma plena e satisfatória, é necessário a realização de estímulos através dos meios social, escolar e familiar. Responsáveis e escola, em maioria das vezes são os cuidadores mais próximos das crianças, por isso é fundamental que compreendam a individualidade de cada sujeito e as suas necessidades diferentes de falar, interagir, agir e aprender.

Outros fatores que influenciam na produção desses estímulos são ligações socioeconômicas e culturais, como por exemplo alguns casos onde as crianças são submetidas a situações de negligência, que distorcem e não permitem a concretização

deste período. A negligência com as crianças, na primeira infância, é geralmente resultado da desproteção das famílias mais desfavorecidas economicamente. Essa negligência pode vir a gerar consequências sérias como depressão, baixa autoestima, tendência ao consumo de drogas e outras. Como também as ações ligadas a comunidade, religião, cultura e capital econômico, em regiões com baixa expectativa de vida, sem acesso a informações, saúde, entre outros, estão ligadas a tais atividades, devido à desigualdade presente.

Portanto, a primeira infância é uma fase que demanda atenção, visto que são nesses primeiros anos de vida que a criança desenvolve as estruturas e circuitos cerebrais, que poderão ser, quando bem incentivadas, importantes para o aprimoramento de habilidades mais complexas. Quanto mais envolvidas em um círculo social, familiar e educacional saudável, maior será a possibilidade dela se adaptar, interagir e entender o meio em que vive. Segundo o Ministério da Saúde (2014, p. 04)

A aprendizagem inicia-se desde o começo da vida. Muito antes de a criança entrar na escola, enquanto cresce e se desenvolve em todos os domínios (físico, cognitivo, social e emocional), ela aprende nos contextos de seus relacionamentos afetivos. Especialmente na primeira infância, a aprendizagem é fortemente influenciada por todo o meio onde a criança se encontra e com o qual interage. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014, p. 04).

Nesse sentido, é necessário entender que cada criança avança ou não avança de forma positiva nas condições físicas e neurológicas de acordo com as condições que são oferecidas a ela. Um ambiente violento, com limitações de cultura e conhecimento, abalos emocionais e agressões, podem prejudicar toda a sua formação como pessoa e seu convívio com a sociedade.

O desenvolvimento neurológico é um processo que abre espaço para aprendizagens mais complexas e é estudado pela Neurociência (ciência que estuda o sistema nervoso no cérebro). Esse desenvolvimento no campo de estudo é uma nova questão na sociedade já que pais, educadores, órgãos governamentais e não governamentais começaram a entender recentemente que a educação nessa fase da vida é protagonista na estruturação e funcionalidade do cérebro.

O cérebro é o órgão responsável por produzir e armazenar dados, sendo muito importante e o mais complexo. Ele cresce, se desenvolve, passa por períodos sensíveis para as aprendizagens, por isso requer estímulos e um ambiente regado por cuidados, responsabilidade e afeto de um adulto.

Desde a terceira semana de vida, quando ainda está sendo gestado, o bebê passa por diferentes estímulos que podem ser positivos ou negativos. Sendo assim, a boa alimentação, acesso às vitaminas do pré-natal, estímulos sonoros e conhecimentos referentes aos cuidados durante a gravidez tornam-se medidas para melhor desenvolver o cérebro e qualidade de vida do bebê. Esses bons hábitos exercem uma grande influência na estruturação e funcionalidade do cérebro, pois refletem diretamente nas habilidades sensoriais, emocionais, intelectuais, sociais, físicas e morais. Essa influência também acontece quando são praticadas de forma negativa, onde a gestação passa por ações externas, como agressões físicas e mentais, uso de medicamentos e drogas, depressão e distúrbios alimentares o que pode acarretar para o bebê e para a mãe danos permanentes durante toda a vida.

Após o nascimento, o desenvolvimento integral e saudável nas fases seguintes (sensório-motora e pré-operatória) permitirão a criança uma adaptação com as condições que podem ocorrer a sua volta e auxiliar na sua formação como cidadão. Fatores biológicos e sociais influenciam para essa formação, como suas ações de independência, afetividade e autonomia, o que torna as experiências fundamentais durante o seu crescimento.

A criança possui uma grande capacidade de aprendizagem, através dos eixos educacionais ela será estimulada em todas suas potencialidades, o que é surpreendente quando observado desde seus primeiros momentos de vida. Piaget, em testes de inteligência, percebeu que as crianças, em seu desenvolvimento cognitivo, passam por fases diferentes e em cada uma dessas fases estão propensas a aprender determinadas coisas. Ao passo que cada criança evolui em suas fases, ela está apta aprender coisas mais difíceis e abstratas. (GALLO, ALENCAR, 2012).

O brincar oferece ao bebê e a criança uma forma de adquirir e aperfeiçoar habilidades sensoriais e motoras apropriadas para sua idade. Como exemplo, quando a criança joga um brinquedo/objeto no chão, nesta situação ocorre a observação e a escuta do som, podendo utilizar como vetor o adulto para pegar de volta, assim repetindo por várias vezes. Em teoria é um aprendizado simples, mas determina para aquela criança a melhor compreensão do espaço e a sua coordenação dos movimentos.

Conforme o passar do tempo os brinquedos e brincadeiras podem sofrer alterações que sejam coerentes com a fase de desenvolvimento da criança, podendo

associar-se ao cuidado com o próximo, autocuidado, colaboração, imaginação e criatividade. No entanto, este e outros aprendizados serão consolidados somente quando a criança estiver em um lugar favorável ao desenvolvimento.

Eles só precisam de espaço para se movimentar e liberdade para ver o que podem fazer. Quando o sistema nervoso central, os músculos e os ossos estão preparados e o ambiente oferece as devidas oportunidades de exploração e prática, os bebês surpreendem os adultos a seu redor com suas novas capacidades (Diane E. Papalia, Sally W. Olds & Ruth D. Feldman; p.176)

Aprendizados “simples” como mencionado anteriormente devem ser estimulados e observados para melhor compreender em que fase de desenvolvimento a criança está, como também, afirmar suas consequências.

Sendo um período rico em aprendizagens, a primeira infância deve utilizar de todos os modos possíveis e imagináveis as potencialidades oferecidas pela educação. A perda de oportunidades nesse período é irreparável. Portanto, como adultos, nossa função é cuidar com a máxima atenção dessa fase tão importante. Portanto, o adulto serve como um “cérebro externo” que motiva a criança e quanto mais conhecimento tiver a respeito do seu desenvolvimento, mais ele irá favorecer àquela infância.

No que tange ao desenvolvimento da moralidade, a primeira infância também é um período crucial. A construção das noções de moralidade tem seu início na observação dos comportamentos alheios. Kant (1803) destaca que a moral não deve ser imposta às crianças por meio de disciplinamento ou castigos:

Deve-se olhar, portanto, para que a criança se acostume a agir por máximas e não por certos estímulos. Com a disciplina só resta um costume, que se extingue com os anos. A criança deve aprender a agir por máximas, cuja justiça ele mesmo compreende. É facilmente visto, sendo difícil conseguir isso com crianças pequenas, e que a educação moral exige a maior ilustração dos pais e dos professores. Quando a criança mente, por exemplo, não deve ser punida, mas acolhida com desprezo, dizendo-lhe que não será acreditada no futuro, e assim por diante. Mas se for punido quando faz mal ou recompensado quando faz bem, fará o bem para que seja bem tratado. Mais tarde, ele virá ao mundo em que não acontece assim, onde pode fazer o bem sem uma recompensa, e o mal sem um castigo, e então será um homem que só olha para o meio de prosperar, e será bom ou mau, conforme achar mais vantajoso. (KANT; 1803, p.47)

É importante que a criança seja sempre levada a refletir sobre suas ações e sobre o efeito que essas ações têm sobre os outros sujeitos. Segundo Piaget (1994), do nascimento aos primeiros anos de vida, existe um período de ausência de regras, chamado de anomia. Mas, ainda quando pequenas, as crianças são inseridas em um contexto

regrado e tem início a construção de tendências morais. Ainda pequenos os sujeitos vivem reações altruístas, marcadas pela simpatia, mas que sozinhas não são capazes de sustentar o desenvolvimento da moral do bem, um fator essencial intervém para isso: a regra coletiva, que só é possível em sociedade.

Geralmente, as regras são apresentadas às crianças pelos adultos, ou seja, são regras prontas, que não passam pela necessidade ou interesse das crianças. O que para elas, é heterônomo, sendo considerado bom seguir fielmente as regras e as orientações dos adultos, e mau descumprir as regras. Piaget denomina esse período como heteronomia.

Para que as crianças atinjam a fase da moral autônoma, ou seja, sejam capazes de julgar o que é certo e errado por si mesmas, é preciso que desde cedo sejam estimuladas a refletirem sobre as consequências de suas atitudes, sobre os motivos pelos quais certas condutas são consideradas boas ou más, numa dada cultura e sociedade. A educação infantil tem um papel preponderante nesse processo de construção da autonomia moral, uma vez que atua na primeira infância.

4 EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

A educação é algo que se mistura a vida das pessoas, está presente nos tempos históricos, nas sociedades, povos, nos contextos culturais e sociais, ou seja, está presente em todas as partes da vida cotidiana dos atos mais simples aos mais complexos. A educação existe na família, na comunidade e na escola, é um fenômeno amplo e não tem um modelo único. Segundo Brandão (1981) a educação está diretamente ligada à cultura e ao meio social do indivíduo, sendo o conhecimento passado de geração em geração, por meio da cultura adquirida no grupo familiar. Nesse sentido a missão da educação é transformar os sujeitos e capacitá-los para viver em sociedade.

No entanto, boa parte da educação da criança durante a primeira infância é no ambiente escolar, com uma rotina frequente, que persiste por anos. Nesses primeiros anos a criança, estará passando pelo desenvolvimento físico-motor e psicológico que será estimulado e observado pelo educador. Além de acompanhar esse desenvolvimento, o profissional irá possibilitar, viabilizar e fornecer elementos de estímulo durante toda a mediação, o que possibilitará o desenvolvimento psíquico do indivíduo.

A educação infantil contribui em diferentes áreas para a construção de um indivíduo, como um ato intencional exige que o tempo, o espaço e às atividades sejam pensadas, planejadas e organizadas. A principal abordagem são os estímulos realizados para o desenvolvimento cognitivo, que nesta situação, como informado nos tópicos anteriores, tende a ocorrer com maior frequência e facilidade durante a primeira fase de crescimento da criança. Para isso, os estímulos na educação infantil devem ser adequados para essa fase de desenvolvimento, sendo de fácil acesso para as crianças, de modo que as possam entreter, auxiliar sua criatividade, possibilitar a ludicidade, relacionando com as linguagens, resolução de problemas e memória.

A Educação Infantil, garante à criança o direito de experimentar interações, vivências e experiências, de ser respeitada, de manifestar seus pensamentos, dar opiniões, ter acesso a conhecimentos e bens culturais, de forma que suas visões do mundo sejam ampliadas e as aprendizagens contribuam para a sua formação.

O desenvolvimento das habilidades de convivência em diferentes grupos é outra contribuição da educação infantil, que colabora para formar pessoas capazes de controlar suas ações e emoções. A educação infantil, contribui para o pleno desenvolvimento das habilidades sociais, por meio da aplicação de métodos que permitem o desenvolvimento emocional, afetivos e social da criança, como exemplo o convívio social onde conhecem e respeitam os sujeitos ao seu redor. Isso permite formar um adulto que compreende sua presença em pequenos e grandes grupos, na sociedade e na própria família, capaz de lidar com situações de conflitos emocionais, divergências de opiniões e que consegue se expressar em momentos difíceis.

O documento Parâmetros Curriculares Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (2006), prevê orientações acerca do trabalho a ser desenvolvido nas instituições de Educação Infantil, como:

Na instituição de Educação Infantil são perpassadas pela função indissociável do cuidar/educar, tendo em vista os direitos e as necessidades próprias das crianças no que se refere à alimentação, à saúde, à higiene, à proteção e ao acesso ao conhecimento sistematizado. (BRASIL, 2006, p. 17).

O binômio cuidar/educar perpassa as propostas pedagógicas para a educação infantil. Contudo, cuidar e educar são ações integradas nessa primeira etapa da educação básica. Sendo aspectos indissociáveis, não se separam durante a Educação Infantil,

garantindo a criança o direito de vivenciar na instituição os cuidados básicos como higiene, alimentação e também o direito de saber e aprender.

Com a boa adequação do local de ensino e aprendizagem, o cuidar/educar, os estímulos e práticas de ensino que são coerentes com essa temática podem ocorrer de maneira mais fluída, assim como a presença de profissionais capacitados para tais práticas. Os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil (1998, p.23) afirmam que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

Na Educação Infantil o brincar é um aspecto também indissociável ao cuidar e educar, sendo a brincadeira extremamente importante para a criança e para escola. Brincar é um dos direitos de aprendizagem preconizados pela BNCC. Por se tratar de uma importante forma de comunicação, o ato de brincar possibilita o processo de aprendizagem da criança, constrói a reflexão, a autonomia e promove a criatividade. As brincadeiras e jogos também atuam sobre a capacidade da criança imaginar e se expressar. Para VYGOTSKY, (1984, p. 34):

“A escola e, principalmente a Educação Infantil deveria considerar o lúdico como parceiro e utilizá-lo amplamente para atuar no desenvolvimento das crianças. O brinquedo cria uma zona de desenvolvimento proximal na criança, aquilo que na vida real passa despercebido por ser natural, torna-se regra quando trazido para a brincadeira”.

O lúdico é um instrumento de aprendizagem fundamental para o desenvolvimento cognitivo, social e moral da criança. Através das atividades lúdicas, amplia-se a criatividade, a capacidade de tomar decisões e o desenvolvimento motor, além disso, tornam as aulas mais divertidas e atraentes permitindo ao professor a maior interação e desdobramento de conteúdo com os alunos.

O desenvolvimento das habilidades motoras faz parte das habilidades construídas na educação infantil e é proporcionado através de práticas do cotidiano, movimentos finos e grossos e de coordenação motora, em geral. Nessa perspectiva, as habilidades motoras estão envoltas por atividades relacionadas ao manipular (arremessar, quicar, chutar, lançar, rebater, cabecear, agarrar e rolar), as habilidades locomotivas (andar, correr, saltar, saltitar, escorregar, escalar e desviar) e habilidades de estabilização (flexionar, equilibrar, estender, girar, posições contrárias).

A falta dessas habilidades, resultará na ausência de estímulos das mais diferentes situações e áreas para a criança, prejudicando o seu desenvolvimento contínuo. Quando a criança não recebe os estímulos dessas atividades, ela pode comprometer sua aquisição de movimentos. Esse tipo de movimento pode ocorrer em casa, no parque, na praça, na escola, em diversos lugares, porém de maneiras diferentes, devido ao número de crianças no ambiente e disponibilidade de espaço e tempo.

Na escola, as crianças recebem uma diversidade de elementos que são acrescentados na proposta pedagógica a ser desenvolvida. Esses elementos podem estar relacionados ao coletivo, emocional, moral, raciocínio, lúdico e ao movimento. Devido ao método das abordagens atuais de conhecimento social e cultural, a diversidade de acesso ao conteúdo da sociedade se torna mais presente, promovendo a maior disponibilidade de conteúdos relacionados as culturas, religiões, identidades e costumes.

Neste caso, os momentos relacionados aos hábitos produzidos nas escolas, como a higiene pessoal, alimentação saudável, atividades físicas e momentos da “soneca”, são ações educativas. Ações do cotidiano que contribuem para a percepção temporal e espacial, responsabilidade com o próprio bem-estar e compreensão dos horários estabelecidos. Segundo Bilória e Metzner (2013);

podemos dizer que a rotina é uma prática com diferentes ações que ocorrem em nosso cotidiano. Ela possibilita que a criança se oriente na relação espaço/tempo, reconhecendo seu andamento, dando sugestões e propondo mudanças. Levando em consideração as necessidades da criança, é fundamental que dentre os elementos que compõem a rotina façam parte os horários de alimentação, higiene, escovação de dentes, [...] uma rotina que contemple o entrelaçamento das ações fundamentais que configuram a Educação Infantil necessita de uma consciência crítica do educador em compreender que a rotina é responsável pela organização e cumprimento das metas pré-estabelecidas no dia-a-dia escolar visando, principalmente, o desenvolvimento integral da criança. As instituições de ensino que não possuem uma rotina adequada dificultam o trabalho do professor, bem como, a adaptação e autonomia das crianças.

A prática dos modos educacionais se estabelece a partir da sociedade e como ela se estrutura, da mesma forma para a administração e investimento por parte dos profissionais da educação e familiares. O desenvolvimento integral, resultará na formação de um cidadão pleno.

Os valores construídos nessa fase infantil, correspondem a aprendizagem de conceitos como certo e errado, mau e bom presentes nas relações humanas. A escola, juntamente dos professores e município, deve apresentar uma metodologia e ações específicas para alcançar seus objetivos e proporcionar a formação daquela criança com todos os seus direitos e garantias para ser um bom cidadão, mediante aos valores culturais e hábitos morais que guiarão o sujeito na construção do seu próprio eu.

Como visto nos tópicos anteriores a socialização é de grande relevância para o desenvolvimento da criança. Assim como a educação moral que assume um importante papel na sociedade, já que o convívio com outras crianças proporciona uma melhor compreensão dos outros e suas individualidades, sendo essencial para a vida adulta, quando é necessário a realização de trabalhos em equipe, a convivência com outros indivíduos e o respeito com as particularidades. Por isso, valores como justiça, liberdade e igualdade, aprendidos pelo sujeito no ambiente escolar, são imprescindíveis na formação humana do indivíduo e na formação de sua personalidade.

Sendo assim a inteligência emocional fica presente durante todos os momentos da formação do ser humano. A administração dos sentimentos percorre em diferentes áreas da vida, podendo se manter associadas aos relacionamentos entre entes da família, amigos e momentos específicos da pessoa, para o senso crítico e expressivo. Dessa forma, reafirmam-se os compromissos de zelar pela efetivação dos direitos de crianças e de intervir nos determinantes de educação incidentes decisivamente para o reconhecimento delas como indivíduos capazes de operar mudanças significativas no curso da própria vida e de contribuir no processo de desenvolvimento de seu País.

Portanto, a Educação Infantil é uma etapa da Educação Básica de extrema importância para a formação humana e construção do caráter do sujeito, em razão dos conceitos que acompanham sua existência como o cuidar e educar, as interações e brincadeiras, forma um espaço de aprendizagem, de vivências e experiências significativas, que respeita a criança como um sujeito sócio-histórico digno de direitos e disposto a superar cada vez mais os horizontes trazendo soluções para a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da construção desse artigo, foi possível compreender como o estudo sobre o desenvolvimento da criança precisa ser discutido e ampliado para a sociedade. Isso porque esse desenvolvimento implica na formação de um ser humano cujos comportamentos, na fase adulta, irão depender das experiências construídas nos seus primeiros anos de vida. A formação humana se inicia na infância e se prolonga por toda a vida, e é nessa fase inicial, que a criança além de se apropriar de vários conhecimentos, dá início à sua inserção social e à construção do seu eu.

Durante a infância, a criança passa por diversos percursos, sendo o seu desenvolvimento influenciado por fatores genéticos, sociais e culturais. É preciso atenção às consequências geradas pelas desigualdades sociais em nosso país, uma vez que famílias empobrecidas possuem dificuldades em proporcionar condições básicas e importantes para a formação de seus filhos. Famílias que se encontram em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade, se não forem devidamente assistidas e amparadas, podem se tornar ambientes pouco favoráveis ao pleno desenvolvimento infantil. Isso faz com que a criança tenha seu desenvolvimento prejudicado, tenha problemas no futuro e tenha dificuldades em romper com o ciclo da pobreza, mantendo o quadro de desigualdades.

Conforme visto, o presente artigo destaca a importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança e sua formação humana. Sua finalidade não se dá exclusivamente, ao desenvolvimento cognitivo, mas propõe uma educação para o desenvolvimento integral da criança, afim de inseri-la na sociedade. Nesse sentido, a educação infantil valoriza aspectos do desenvolvimento físico, motor, intelectual, social, afetivo, contribuindo para o crescimento pessoal de cada indivíduo.

Tendo garantido o acesso ao processo de aprendizagem durante a infância, a criança pode receber diferentes orientações e a partir delas estabelecer uma identidade, crenças e habilidades. Ela deve ser concebida como sujeito de direitos e sua educação deve acontecer em um ambiente harmonioso que permita o desenvolvimento da sua autonomia, responsabilidade, respeito aos outros, criatividade, senso crítico, respeito às diferenças e à pluralidade. Esses e outros conceitos para uma formação humana serão estabelecidos através das ações e consequências vivenciadas durante o período de transição e desenvolvimento da infância.

Por fim, pode-se concluir que a Educação Infantil em sua proposta é fundamental na tarefa de formação do homem. Para que seja possível a formação de bons cidadãos é

fundamental persistir nos modos educacionais pedagógicos onde o diálogo com a família seja frequente, onde haja interação com outras pessoas, onde possam desenvolver novas habilidades, onde de fato haja um crescimento saudável, apenas nesse caminho será possível configurar a sociedade com pessoas inteligentes capazes de deixá-la cada vez melhor. Não se pode deixar de mencionar a importância da formação de bons profissionais para essa etapa educacional assim como a necessidade de políticas públicas e investimentos voltados para a expansão e fortalecimento desse setor educacional.

6 REFERÊNCIAS

BILÓRIA, Jéssica Ferreira; METZNER, Andréia Cristina. A importância da rotina na Educação Infantil. 2013. p. 7. Disponível em: <
<https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/28/11122013185355.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense, 1981. Disponível em: <
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992579/mod_resource/content/1/O%20que%20e%20educacao.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994*. Ed. 35, Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 454 p. Série textos básicos; n. 67. 2012. Disponível em: <
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> .Acesso em: 20 de dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2010. FARIA, Ana Lúcia Goulart de; OPALHARES, Mariana Silveira. *Educação Infantil pós LDB: rumos e desafios*. 6.ed. Campinas. Autores Associados, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes de estimulação precoce: crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor*. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_estimulacao_crianças_0a3anos_neuropsicomotor.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos; Apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2023

BRASIL. *Referencial Curricular para a Educação Infantil: Brincar*. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Documento Introdutório. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_voll.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CAMPOS, Marise. *Legislação, Políticas e Influências Pedagógicas na Educação Infantil*. Brasília: UNESCO, Banco Mundial, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2005. 72 p. Série Fundo do Milênio para a Primeira Infância. Cadernos Pedagógicos. 2005. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000233.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2023.

CARREL, Alexis. *Man, the unknown*. London: Hamish Hamilton Ltd, 1936. Disponível em: <<https://www.scribd.com/document/392975558/Alexis-Carrel-Man-the-Unknown-Penguin-1948>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

DE ALBUQUERQUE, Simone Santos; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (organizadoras.). *Para pensar à docência na educação infantil*. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2019.p.108. Disponível em: <<https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2021/10/para-pensar-a-docencia-na-educacao-infantil.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

DE OLIVEIRA, Rejane; LEMES, Sebastião de Souza. *Relação IDEB e gasto aluno-ano: algumas aproximações de correlações e sua pertinência para melhoria dos investimentos em Educação*. V.20, 03, p.367-384.2016.

GALLO, A.E; ALENCAR, J. da S. A. A. *Psicologia do Desenvolvimento da Criança*.2012. Disponível em: <<http://www.ficms.com.br/web/biblioteca/CESUMAR%20-%20PSICOLOGIA%20DO%20DESENVOLVIMENTO%20HUMANO.pdf>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

KANT, Immanuel; 1803, *Pädagogik*. Traducción: Lorenzo Luzuriaga & José Luis Pascual, Edición, prólogo y notas: Mariano Fernández Enguita, Editor digital: Titivillus ePub base r1.2.

KRAMER, S, LEITE, M. I., GUIMARÃES, D. NUNES, M. F. *Infância e educação infantil*. Campinas, Papirus. 1999. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13676/1/InfanciaEducacaoInfantil.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2024.

KRAMER, Sonia. *As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental*. Educ. Soc. Campinas, v. 27, n. 96, p. 797-818. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/Vc4sdh6KwCDyQPvGGY8Tkmn/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 3 jan. 2024.

KRAMER, Sonia. *O papel social da educação infantil*. Revista Textos do Brasil, Brasília. 2006. Disponível em: <

[https://grupoinfoc.com.br/publicacoes/periodicos/p53 O papel social da Educacao Infantil.pdf](https://grupoinfoc.com.br/publicacoes/periodicos/p53_O_papel_social_da_Educacao_Infantil.pdf)>. Acesso em: 27 dez. 2023.

KUHLMANN Júnior, Moysés. *As exposições internacionais e a difusão das creches e jardins de infância* (1867-1922). Pro-posições, v. 7, n. 3, 24-35, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/download/8644212/11641/0>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

KUHLMANN Júnior, Moysés. *Ideias sobre a educação da infância no 1º Congresso Brasileiro de proteção à infância*. Rio de Janeiro, 1922.

KUHMANN JR. Moysés. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/G39tG6RppnsdXR9QYVCTKtw/>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>> Acesso em: 16 dez. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *O Impacto do Desenvolvimento a Primeira Infância na Aprendizagem*. Comitê Científico, Núcleo Ciência pela Infância, Brasília, 2014/. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Treinamento_Multiplicadores_Coordenadores/IMPACTO_DESENVOLVIMENTO_PRIMEIRA%20INFANCIA_SOBRE_APRENDIZAGEM.pdf> . Acesso em: 5 jan. 2024.

O juízo moral na criança. Tradução de Elzon Lenardon. 4. ed. São Paulo: Summus, [1932], 1994. 302p.

PAPALIA, Diane. FELDMAN DUSKIN, Ruth. *Desenvolvimento humano*. 12.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. Disponível em: < <https://www.obbiotec.com.br/wp-content/uploads/2022/04/OBJ-livro-Desenvolvimento-Humano.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2023.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. *A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v.2, n.33, p.78-95.2009.

VYGOTSKY, Lênin. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf> Acesso em: 5 jan. 2024.